

Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1.^a Secção do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de novembro de 2020, foram visados expressamente 252 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, representando cerca de 545 milhões de euros.

No mesmo período, ocorreram duas recusas de visto.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE NOVEMBRO

TIPOS DE DECISÃO	Número de processos	%	Valor (em Euros)	%
VISTO	73	28,74	173 664 464,91	28,41
VISTO com Recomendações	63	24,80	228 286 787,28	37,35
Declaração de Conformidade Homologada	116	45,67	142 513 276,72	23,32
Recusa de Visto	2	0,79	66 747 860,40	10,92
TOTAL DE DECISÕES	254	100	611 212 389,31	100

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2020

TIPOS DE DECISÃO	Número de processos	%	Valor (em Euros)	%
VISTO	590	41,52	2 232 750 794,09	45,97
VISTO com Recomendações	438	30,82	2 126 516 415,30	43,79
Declaração de Conformidade Homologada	367	25,83	399 072 429,58	8,22
RECUSA DE VISTO	26	1,83	98 278 230,05	2,02
TOTAL DE DECISÕES	1421	100	4 856 617 869,02	100

Ligações úteis:

[Acórdãos de recusa de visto \(Acórdãos da 1.^a Secção\) e algumas outras decisões em processos de fiscalização prévia \(Decisões da 1.^a Secção\)](#)

[Sínteses de jurisprudência da 1.^a Secção, por assunto e por tipo de decisão](#)